



ACÓRDÃO Nº 543/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11353/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Samarone da Silva Moura - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2075/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.600/602).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Samarone da Silva Moura**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE (Regimento Interno TCE/AM);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Samarone da Silva Moura**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que devem ser recolhido na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com base no art. 54, II, da Lei Orgânica TCE/AM c/c o art. 308, VI, do Regimento Interno TCE/AM, relativa às



ACÓRDÃO Nº 543/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

restrições remanescentes. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Samarone da Silva Moura**, no valor de **R\$ 398.431,15** (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quinze centavos), que devem ser recolhido na esfera municipal para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE, em função das glosas especificadas pelo *Parquet*. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.4. Determinar** a Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.5. Recomendar** ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE:
- 10.5.1.** Que atualize e providencie melhorias no detalhamento das informações, com fins de atender as expectativas de controle social pela população na forma que determina o art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC nº 101/2001;
 - 10.5.2.** Que adote providências no sentido de republicar, com as devidas correções, as demonstrações contábeis poder executivo para que refaça o Balanço Patrimonial e que seja republicado com as devidas correções;
 - 10.5.3.** Que tome as medidas cabíveis para obter os referidos débitos do sistema de faturamento e cobrança e que a próxima Comissão de Inspeção averigue se, de fato, foi sanado o questionamento;
 - 10.5.4.** Que cumpra com mais rigor o art. 26, parágrafo único, III, da Lei Federal 8.666/1993 - Lei de Licitações.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Maio de 2017.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 543/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral